



Centrais lutam pelos R\$ 400

Sindicalistas promovem caravana a Brasília e esperam reunir 10 mil pessoas em manifestação por maior reajuste e correção na tabela do IR. Proposta será discutida com ministros

As principais centrais sindicais do país deixaram de lado as divergências ideológicas e pretendem marcar hoje, com uma grande manifestação na Esplanada dos Ministérios, o ato conjunto em que reivindicarão aumento do salário mínimo superior ao previsto pelo governo: defendem R\$ 400, contra os R\$ 321 definidos pela equipe econômica.

Sindicalistas de todo o país iniciaram ontem a caravana rumo ao Distrito Federal – o grupo coordenado pelo presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, fez questão de parar em Ribeirão Preto (SP), cidade que foi comandada pelo ministro da Economia, Antonio Palocci, para protestar contra a corrupção. De Belo Horizonte, 35 ônibus saíram no final da manhã para juntar-se aos manifestantes, que pedirão ainda a correção de 13% na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, índice acumulado desde a mudança feita pela polêmica MP 232.

A interferência do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ex-presidente da CUT, ajudou a tornar mais ameno o tom da manifestação e garantiu um canal de interlocução com o governo. Às 17h, está prevista uma audiência dos líderes das centrais – além de Paulinho, o atual presidente da CUT, João Felício, também participa do encontro com os ministros da Junta Orçamentária: Marinho, Paulo Bernardo, do Planejamento, Antonio Palocci, da Fazenda, e Dilma Rousseff, da Casa Civil. Dos ministros, os sindicalistas devem ouvir o compromisso, já assumido publicamente, de buscar, na proposta orçamentária para 2006, um percentual maior dos que os R\$ 21 atuais sem, no entanto, chegar ao valor reivindicado. O mesmo deve ocorrer em relação à tabela do IR.

"O reajuste de R\$ 100 para o salário mínimo seria um belo aumento. No ano passado, conseguimos conquistar 7% de aumento real e seria fundamental um percentual ainda maior. Tão importante quanto o valor, no entanto, é a definição de uma política de longo prazo. Isso permitiria uma organização melhor da economia", justifica Felício. O presidente da Força Sindical mantém um discurso mais pesado contra o governo e diz que espera, do presidente Lula, o cumprimento da promessa de que dobraria o poder de compra do salário mínimo. Ambos pretendem pressionar deputados e senadores para garantir, no Orçamento de 2006, maior volume de recursos para o mínimo e os demais programas e iniciativas sociais.

A mobilização de hoje prosseguirá com a concentração dos manifestantes às 19h, em frente ao Congresso, que receberá um abraço simbólico em seguida. Amanhã, os líderes sindicais entregarão o conjunto de propostas aos presidentes da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) (...) (*O Estado de Minas*, 29.11.2005)

Na rota certa

Luiz Marinho

Promover o crescimento econômico com a geração de emprego e renda como principal redutor das desigualdades sociais é um compromisso perseguido por todos os setores do governo do presidente Lula. Um importante conjunto de políticas públicas vem sendo implementado para combater o desemprego e proporcionar o resgate da dignidade do trabalhador brasileiro. Principalmente aqueles historicamente excluídos do processo produtivo.

No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, destacamos uma série de ações de inclusão e valorização do trabalhador, entre elas, criação de uma política permanente de recuperação do salário mínimo; formalização do trabalho e capacitação do trabalhador, financiamento aos pequenos empreendedores e inclusão de jovens.

O governo aplicou cerca de R\$ 143 bilhões em proteção ao trabalhador, qualificação, geração de emprego e renda, financiamento da habitação e saneamento, incluindo-se aí os recursos do FGTS. A arrecadação líquida do Fundo atingiu a soma de R\$ 15,6 bilhões na atual administração, frente a

um montante de R\$ 9 bilhões apurados entre 1995 e 2002. Esse é um dos termômetros da recuperação do emprego.

Fatores relevantes sustentam o bom desempenho da economia do Brasil e a geração de novos postos de trabalho. Entre eles, os programas de apoio às exportações, que resultaram numa expansão de US\$ 60 bilhões em 2002 para US\$ 114 bilhões nos últimos 12 meses; o aumento do crédito, com medidas como os empréstimos consignados e a democratização do acesso a serviços financeiros, em especial na área das microfinanças. O volume de crédito saltou de 23,9% para 28,9% do PIB entre dezembro de 2002 e setembro de 2005 – a maior taxa desde maio de 2001.

E como diante dos fatos não há argumentos contrários que se sustentem, vamos aos números: em outubro, o 34 mês da gestão Lula, registramos um saldo de 3,7 milhões de novos empregos com carteira assinada, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. A pesquisa mensal do IBGE comprova o crescimento: só nas seis principais regiões metropolitanas foram criados 1,8 milhão de postos de trabalho, de 2003 a setembro passado.

Entretanto, alguns críticos, muitas vezes agindo em interesse próprio, contestam os índices e desmerecem seus reflexos na vida dos cidadãos. Ignoram um fato relevante: a geração de emprego e renda beneficia a todos indistintamente. Do empresário — com o aumento do número de pessoas com renda disponível para consumo — ao trabalhador, pelas razões já explicitadas; e a toda economia brasileira.

Nossa meta é lutar para aumentar a geração de empregos dignos, lembrando que o emprego formal é sinônimo de direito ao descanso semanal, férias, seguridade, FGTS, jornada de trabalho definida, ou seja, o exercício pleno da cidadania para o trabalhador.

Os dados mostram que o governo está no caminho certo para combater a histórica desigualdade social. É nossa missão enfrentar os desafios de maneira responsável, consistente e duradoura para que os brasileiros tenham acesso a emprego digno e renda.

Luiz Marinho é ministro do Trabalho e Emprego (*O Globo*, 28.11.2005)

Governo Lula reduz mais a desigualdade

O vigor da economia em 2004 levou à criação de 2,7 milhões de postos de trabalho, fez crescer o emprego formal no Brasil e, pela primeira vez desde 1997, garantiu ao menos estabilidade na renda dos trabalhadores. Na mais completa pesquisa anual sobre as condições de vida no país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que, no ano passado, houve uma forte redução da desigualdade de renda entre os trabalhadores, já que os mais pobres viram seus ganhos crescerem.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad 2004), divulgada ontem, constatou que a taxa média de desemprego no país caiu de 9,7% em 2003 para 9% em 2004, a menor em seis anos. E o Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade de renda, recuou de 0,554 para 0,547 entre os trabalhadores com rendimento.

Em cada cem brasileiros em idade ativa, 56 estavam trabalhando, o maior nível de ocupação em uma década. Os analistas afirmam que, graças à expansão de 4,9% da economia no ano passado, o Brasil mostrou que é capaz de gerar postos de trabalho de boa qualidade.

— É um quadro bem diferente da recuperação ocorrida após o Plano Real, em 1995 e 1996, quando cresceu o trabalho informal e precário. — diz o economista Claudio Dedecca, da Unicamp — Mas uma expansão econômica inferior a 5% impõe um dilema entre emprego e renda — completa.

A renda média do trabalhador brasileiro em 2004 foi de R\$ 730. A partir do ano passado, o IBGE passou a investigar também os domicílios das áreas rurais do Norte, antes ausente da Pnad. Foram feitas entrevistas em 140 mil moradias em todo o país, para traçar um quadro dos 51,8 milhões de domicílios brasileiros. Para efeitos de comparação com anos anteriores, o instituto excluiu os dados do Norte rural — com isso, a renda do trabalho ficou em R\$ 733, exatamente a mesma de 2003. Em relação a 1996, pico de rendimento na década passada, há queda de 18,8%.

Foi a primeira vez que não houve queda na renda desde 1997. E os rendimentos só ficaram estagnados porque a fatia mais rica dos trabalhadores teve perda — a renda dos mais pobres, por sua vez, subiu.

— O ideal seria que todos ganhassem. Se a economia teve expansão de 4,9% e o rendimento do trabalho não aumentou, isso significa que a renda cresceu em outro lugar (no setor financeiro ou nas empresas) — afirma João Saboia, diretor do Instituto de Economia da UFRJ.

Para Dedecca, a alta na renda dos mais pobres é reflexo direto do aumento do salário-mínimo.

Das vagas criadas, 60% foram formais

O emprego com carteira assinada cresceu 6,6%, na maior taxa entre as diferentes categorias. Na indústria, as vagas formais tiveram alta de 11,6%. A Maquesonda, fabricante de máquinas para

mineração, confirma a pesquisa. Desde o início de 2004 — em razão da expansão mundial do segmento e seu conseqüente impacto nas exportações — o quadro de funcionários quase dobrou: de 70 para 138.

O engenheiro mecânico Valério Carsaniga, de 57 anos, e Nelson José Ferreira e Silva, de 53, foram dois dos contratados. Carsaniga ficou três meses desempregado antes de assumir a gerência industrial da Maquesonda, em 2004. Silva ficou oito meses parado, depois de ser demitido da empresa onde trabalhava havia nove anos. Ambos festejam a vaga com carteira. Só lamentam a perda de renda. Carsaniga tem o mesmo salário nominal há dez anos. Silva viu sua remuneração cair de R\$ 1.300 para R\$ 971 de um emprego para o outro:

— Mais importante foi a oportunidade de provar que a idade não me impedia de exercer minha função.

Ao todo, em dois anos de governo Lula, foram criados 3,7 milhões de postos de trabalho. A expansão de 2004 foi mais do que o dobro do 1,2 milhão de 2003 e só não superou os 2,9 milhões de 2002. Entretanto, naquele ano, mais de 60% das vagas foram no trabalho sem remuneração (14%), autônomo (20%) e sem carteira assinada (27%). Em 2004, 60% dos postos criados foram de empregos com carteira assinada.

A formalização aparece ainda em outros indicadores. Em 2004, quase metade dos trabalhadores brasileiros (47,3%) contribuía para o instituto de previdência e 18% eram sindicalizados, ambos os maiores patamares desde 1992. Apenas no serviço doméstico a informalidade cresceu.

— Isso espelha um empobrecimento das classes de renda mais alta e também um ranço da senzala. Quem gosta de ter seus direitos respeitados deveria agir da mesma forma ao contratar uma doméstica — diz Hildete Pereira de Melo, economista da UFF.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, admitiu que será difícil cumprir a promessa de criar dez milhões de empregos no governo Lula. (Luciana Rodrigues e Flávia Oliveira, Colaborou Aguinaldo Novo) (*O Globo*, 26.11.2005)

Renda dos ricos cai, ganho dos pobres sobe

A mazela secular do Brasil deu em 2004 mais um sinal de que começa a sucumbir. O Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade de renda, apresentou no ano passado seu mais baixo resultado desde 1981 — foi o terceiro recorde seguido. Dessa vez, no entanto, a concentração de riqueza diminuiu porque houve aumento na renda dos mais pobres e queda no ganho dos ricos. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, a distribuição melhorara pelo recuo generalizado nos rendimentos.

Num resultado que varia de zero a um — e quanto mais perto de um, maior a desigualdade de renda — o Gini caiu de 0,554 para 0,547 entre 2003 e 2004. O ganho de renda da metade mais pobre dos trabalhadores e a redução do número de domicílios sem qualquer rendimento deve fazer os índices de pobreza caírem fortemente também, já anunciam os especialistas.

O economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), antecipa que a queda da pobreza em 2004 será "espetacular". Segundo ele, a redução da desigualdade no nível registrado no ano passado tem na diminuição de pobreza o dobro do impacto de uma expansão de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto das riquezas produzidas no país). Em 2003, Neri foi o primeiro a calcular o índice de indigência, que, em razão da retração econômica, aumentou para 27,26%, contra 26,23% em 2002.

— A queda da desigualdade é um fato raro na história do Brasil. Fico entusiasmado especialmente porque é a segunda queda consecutiva. Ou seja, pode ser que nossa desigualdade inercial esteja começando a ceder. Acho que isso tem a ver com os programas sociais — diz Neri.

Melhorias por causa de programas sociais

Marcelo Medeiros, economista do Centro Mundial de Pobreza da ONU, é outro que prevê queda na proporção de pobres:

— O tipo de crescimento que o Brasil optou por ter, fortemente exportador, não favorece os extremamente pobres. Portanto, as melhorias estão acontecendo por causa dos programas sociais, que aumentaram e têm foco nos 30% mais pobres, embora ainda não sejam suficientes.

Mas a renda do trabalho também fez diferença para a redução da desigualdade. A Pnad mostrou que só os 10% mais ricos tiveram perda de renda. Para quem ganha até R\$ 747, a vida melhorou. Foi o caso de Abel Ferreira, de 22 anos, que ficou um mês desempregado antes de se tornar atendente na loja Ponto Fotográfico, onde ganha R\$ 407:

1. Vim me candidatar a uma vaga de mensageiro, mas, como tenho conhecimentos de informática, acabei sendo contratado como atendente. (Flávia Oliveira e Luciana Rodrigues) (*O Globo*, 26.11.2005)

Mulheres avançam e injustiças diminuem

O sexo feminino demonstrou força na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As mulheres levaram vantagem sobre os homens em quase todos indicadores socioeconômicos e demográficos de 2004, período da pesquisa. Mesmo nas áreas que não se saíram vitoriosas, conseguiram encurtar a distância em vários segmentos da economia.

Foram as mulheres que contribuíram de forma significativa para o aumento de 3,2% no contingente das pessoas ocupadas em 2004. Em números absolutos, 2,7 milhões de pessoas entraram no mercado de trabalho - as mulheres ocuparam 1,511 milhão das novas vagas; os homens, 1,143 milhão. O índice de mulheres ocupadas chegou a 45,6%, o maior até hoje, superando o recorde anterior (44,6%) de 1995. No Sul, o desempenho foi melhor, 52,8%.

Na composição por gênero nas várias atividades de trabalho, verificou-se um percentual reduzido de mulheres ocupadas na construção civil (2,5%); nos serviços domésticos, elas representaram 93,3%. O contingente feminino suplantou o masculino em atividades como educação, saúde e serviços sociais (77,4%) e na maioria das atividades coletivas e sociais (58,6%). No segmento alojamento e alimentação, houve um empate técnico: 50,2% da população ocupada era masculina ante 49,8% da parcela feminina.

Em 2004, o rendimento médio mensal de trabalho ficou em R\$ 730, com o rendimento feminino pressionando para baixo a média nacional. Os pesquisadores acreditam que, além de aspectos históricos, o tipo e segmento de trabalho, cargo e número de horas trabalhadas, contribuem para que as mulheres ganhem menos que os homens. Essas diferenças justificariam o valor médio recebido pelas mulheres de R\$ 580, 69,5% dos rendimentos recebidos pelos homens (R\$ 835). No mercado formal de trabalho, a diferença de rendimentos cai para 10,8%.

Nos indicadores educacionais, a população feminina também levou vantagem sobre a masculina. A média nacional de analfabetismo foi quase a mesma (10,8% para homens e 10,2% para mulheres), mas, na análise por faixas etárias, a taxa de analfabetismo na idade de 10 a 14 anos ficou em 4% para os meninos e em 2,3% para as meninas.

As meninas são maioria na pré-escola (de 5 a 6 anos) e ensino fundamental (7 aos 14 anos). Na média nacional, mulheres têm mais tempo de estudo (7,9 anos) do que homens (6,9 anos). A maior escolarização das mulheres se refletiu no trabalho. Entre as pessoas ocupadas, 40% das mulheres tinham 11 ou mais anos de estudo em 2004, ante 29,2% dos homens em iguais condições de escolaridade. "As mulheres estudam cada vez mais à medida que progridem no mercado de mercado", dizem os pesquisadores. (*O Estado de S.Paulo*, 26.11.2005)

Miséria está no menor nível desde 1992

Estudo indica que programas sociais e crescimento tiraram 2,6 milhões da pobreza

A conjugação de crescimento econômico com uma melhor distribuição de renda levou à queda significativa da miséria no Brasil em 2004. O percentual de pessoas que viviam com uma renda inferior a R\$ 115 por mês passou de 27,26%, em 2003, para 25,08%, no ano passado, o menor nível desde 1992 (35,87%) revela o estudo "Miséria em queda: Mensuração, Monitoramento e Metas", divulgado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Isso significa que 2,629 milhões de brasileiros deixaram de ser miseráveis, aproximadamente a população de uma cidade como Salvador, terceira maior do país. Mesmo assim, o Brasil ainda tem hoje 44,7 milhões de miseráveis, mais que a população da maioria dos países do mundo.

A média de redução da miséria verificada nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso foi de 2,9%. De 1993 a 1998, a miséria caiu 4,5%, enquanto de 1998 a 2002, 1,8%. Mesmo com a redução de 8% em 2004, a média dos dois primeiros anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda é inferior, ficando em 2,2%. Isso porque em 2003 ocorreu um aumento de 3,9%.

Marcelo Néri, coordenador da pesquisa feita com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), atribuiu a queda no número de miseráveis aos avanços sociais e econômicos obtidos em 2004 e à redução do nível de desigualdade no país no período. "Foi um ano que houve uma recuperação no mercado de trabalho, com geração de empregos formais, e uma nova geração de programas sociais, como o Bolsa Família", afirmou Neri.

"A redução da desigualdade social, em 2004, potencializou os efeitos do crescimento econômico observado no período. "O efeito sobre a miséria foi triplicado", acrescentou Neri. Ele ressaltou que contabilizou em sua pesquisa famílias sem rendimento para o cálculo da renda per capita domiciliar, o que não é mensurado na PNAD. A renda domiciliar por pessoa em 2003 era de R\$ 401,95 e em

2004 subiu para R\$ 413,43, um crescimento de 2,85%. Segundo ele, 1,1% dos lares brasileiros não tinham renda, no ano passado. Em 2003, esse percentual era de 1,5%.

A redução da desigualdade social se observa desde 2001, mas de 2003 para 2004 duplicou o ritmo. Em 2001, os 10% mais ricos do Brasil detinham 47,3% da renda total do país, enquanto no ano passado esse percentual recuou para 44,7%. Em 1990, esse nível era de 48%. Já os 50% mais pobres acumulavam, em 1990, 11,5% dos rendimentos e, em 2004, passaram para 14,1%.

"Há evidências claras da redução da desigualdade. A sociedade brasileira está mais atenta para isso. Mas esse é um processo lento que não se resolve de uma hora para outra", disse Neri.

Desde 1992, o Brasil vem reduzindo a miséria a uma média de 2,86%, segundo o pesquisador. Para atingir as Metas do Milênio, acertadas na reunião do Social Summit, promovido pela ONU em Copenhague (Dinamarca), em 2000, o Brasil deve manter uma média de 2,7% ao ano até 2015. "Nesse ritmo o Brasil vai conseguir reduzir pela metade a miséria até 2015. Estamos no caminho certo", avaliou o coordenador da pesquisa.

Entre 2003 e 2004, a taxa de miséria caiu 6,5% no Rio de Janeiro (passou de 13,64% para 12,75%), enquanto em São Paulo ela diminuiu 8,9%. Ele atribuiu essa queda a uma mudança no perfil dos Estados desde a criação do Plano Real. "Com o boom do Plano Real, o setor de serviços, forte no Rio, empregou muito, o que não acontece com a mesma força hoje, quando a conjuntura favorece mais a indústria e o agrusiness. Por isso, a queda da miséria foi mais acentuada em São Paulo", explicou Neri. (Janaina Vilella do Rio) (*Valor*, 29.11.2005)

Assine a petição do GCAP

A FITIM está chamando as entidades filiadas para assinarem o Chamado Global para a Ação contra a Pobreza (GCAP em inglês).

Faltando duas semanas para a realização da Conferencia Ministerial da OMC, a FITIM está convocando suas filiadas a assinarem e divulgarem uma petição pedindo um Comércio Justo. As petições são de dois tipos. Uma, destinada aos países europeus, é dirigida ao Comissário do Comércio da União Européia, Peter Mendelson e pede que ele "garanta que as negociações na OMC cheguem a um acordo que garanta aos países em desenvolvimento o direito de determinarem suas próprias políticas de comércio e também que garantam a consistência dessas políticas com os direitos humanos e dos trabalhadores".

A outra está dirigida aos líderes do G20, G33, ACP e dos países africanos e lhes pede que tragam um comércio justo "não comprometendo as preocupações dos países em desenvolvimento e do povo pobre e insistindo em fazer acordos que garantam que eles tenham o direito de estabelecer suas políticas comerciais e escolher por si mesmos a melhor forma de enfrentar a pobreza". (*FITIM*, 25.11.2005)

As petições, em português, podem ser assinadas e encontradas em :

Mendelson : <http://whiteband.org/Actions/wto/eu.pt/takeaction>

Países em desenvolvimento : <http://whiteband.org/Actions/wto/sth.pt/takeaction>

Greve geral metalúrgica na Itália

Os metalúrgicos italianos farão uma greve unificada no dia 02 de dezembro próximo por melhores salários e um acordo coletivo nacional.

As federações sindicais de metalúrgicos afiliadas à FITIM na Itália, FIM, FIOM e UILM, farão uma greve geral e uma manifestação em Roma no próximo dia 2 de dezembro em continuidade à sua luta por melhores salários, garantia de emprego e um novo contrato coletivo nacional .

O contrato coletivo nacional já venceu há quase um ano e os patrões continuam oferecendo um aumento não maior que 70 Euros por mês (cerca de R\$ 200).

Os sindicatos querem um aumento de cerca de 105 euros por mês para manter seu poder de compra . Querem também um aumento extra de 25 euros a ser compensado nas negociações nas empresas nos próximos quatro anos.

Eles querem também uma regulação do mercado de trabalho que reduza o emprego precário garanta relações mais estáveis de trabalho.Os objetivos da greve são :

- um contrato coletivo nacional;
- o direito de negociar condições de trabalho;
- salários mais justos
- respeito aos trabalhadores
- e uma mudança no modelo industrial que trouxe uma crise, com empregos precários e desemprego. (*FITIM*, 28.11.2005)

Solidariedade italiana no Pará

Transcrevemos a seguir trechos do relatório do projeto Comunidade Ativa, realizado pela CNM/CUT e pela federação metalúrgica italiana FIM/CISL no Estado do Pará .

"O Projeto "Comunidade Ativa" teve início no dia 16 de agosto de 2005, na cidade de Abaetetuba no estado do Pará. Ele visa possibilitar aos participantes uma maior capacidade de leitura da realidade das crianças e dos adolescentes, a fim de que se tornem agentes multiplicadores deste conhecimento e fundamentalmente, agentes de defesa dos direitos da criança e dos adolescentes, foi recebido com muita expectativa na comunidade e chamou a atenção das entidades que lidam com problemas da infância carente, principalmente pelo caráter técnico, político e pedagógico de sua proposta.

(...) O município de Abaetetuba foi escolhido para a realização do projeto por ter um alto índice de crianças trabalhando, nas mais diversas formas, algumas das quais consideradas pela UNICEF como altamente degradantes (como o trabalho em olarias, que pode gerar mutilações e o trabalho em montarias* , que também pode gerar mutilações).

O Projeto Comunidade Ativa é realizado pela CNM/CUT e pela FIM-CISL com o apoio da Prefeitura Municipal de Abaetetuba, e com as parcerias da Secretaria Municipal de Assistência Social, Núcleo de Planejamento de Projetos Estratégicos (NPPE), Secretaria de Saúde que cede seu auditório e toda infra-estrutura física necessária ao bom desenvolvimento dos cursos, a Diocese local, a Pastoral da Criança.

Entidades como o Colégio Cristo Trabalhador, dos irmãos Xaverianos (mantido por italianos), o Centro Poliesportivo Mutirão que será inaugurado brevemente – um grande espaço de lazer construído por um empresário italiano para a comunidade carente."

A integra do relatório do projeto pode ser encontrada em :

http://www.sindlab.org/download_up/ProjetoComunidade%20Ativa1.pdf

Termina protesto na Ford da Russia

Os trabalhadores encerraram a greve tartaruga que vinham fazendo na Ford da Russia. O sindicato continua a negociação.

Os trabalhadores da fabrica montadora da Ford em Petrogrado encerraram a greve de protesto que vinham realizando já havia uma semana mas os dirigentes sindicais informaram que voltarão à greve tartaruga se os salários não forem aumentados.

A fabrica encontra-se na segunda cidade mais populosa do país e foi uma das primeiras de propriedade estrangeira a funcionarem no país . A fabrica deverá produzir cerca de 36 mil Ford Focus neste ano.

"Nós voltamos a trabalhar como de costume. No momento nos temos paz e amizade ", disse à agencia Reuters o sindicalista Alexei Etmanov. "Vamos ver o que vai acontecer até o final da semana. Nós estamos conversando neste momento".

A greve tartaruga iniciou-se na semana passada depois que os trabalhadores apresentaram suas demandas de aumento salarial.

O porta-voz da empresa disse que a produção reduziu-se sem fornecer números. " A empresa está vendo formas de proteger seus clientes de custos adicionais nos carros". Uma fonte da empresa disse confidencialmente que ela está ponderando importar modelos Focus de outras fabricas. Outra fonte informou que os trabalhadores resolveram paralisar a produção depois de saberem que a empresa cogitava fechar a fabrica.

A Ford não é a única montadora estrangeira no país. A Renault tem uma planta montadora e a Toyota planeja montar uma. Segundo a imprensa alemã, a Volkswagen também planeja seguir esse caminho diante do crescimento da demanda russa. (Reuters, 28.11.2005)

Dieese: 50 anos de história

Eduardo Suplicy

Desde 1955 o Dieese dá aos trabalhadores os subsídios para a conquista, por meio de estudos e pesquisas, de melhores condições de vida e de trabalho no Brasil. O Dieese nasceu em 22 de dezembro - pode-se dizer que foi um verdadeiro presente de Natal aos trabalhadores, que dura até hoje.

Tudo começou com um grupo de 21 dirigentes sindicais de São Paulo, que já havia realizado uma série de mobilizações conjuntas e decidiu construir um organismo próprio dos trabalhadores para produzir dados que embasassem suas negociações salariais.

Hoje o Dieese é uma entidade fundamental na análise sócio-econômica do país. Ante-ontem mesmo um dos seus trabalhos, que apontava a preocupante queda de 30,8% na renda dos trabalhadores nos últimos dez anos, foi manchete dos jornais mais importantes do país. A pesquisa também mostra que os 10% mais pobres perderam menos que os 10% mais ricos no período - 17,2% contra 38,6%. A partir de dados como esses se produzirão análises que podem - ou melhor, devem - nortear muitas das políticas públicas no Brasil. Hoje o Dieese é considerado uma das instituições de maior credibilidade do país. Com o seu trabalho quebrou-se o monopólio das empresas sobre essas informações.

Nos seus primeiros anos, o Dieese trabalhou na implantação do ICV (Índice de Custo de Vida) para a cidade de São Paulo, vigoroso instrumento de estudo e defesa do poder de compra dos salários. Realizou também pesquisas fundamentais para o estudo da economia e das relações sociais no Brasil, como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), concluída no início dos anos 70. E, em 1973, denunciou a manipulação dos índices de inflação do governo, quando acontecia o "milagre econômico", em plena ditadura militar. Posteriormente, com o reconhecimento público da manipulação, confirmou-se que o Dieese tinha toda a razão.

Particpei desses episódios como editor de economia da revista Visão e, de 1976 a 1980, quando pude analisar esses assuntos nas colunas que escrevia na Folha de S.Paulo. Nessa época Walter Barelli era diretor-técnico do Dieese. Hoje ele é deputado federal pelo PSDB e, nos anos 80 e 90, foi também um companheiro dentro do PT, tendo sido coordenador do governo paralelo, na área econômica, do então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lembro-me que, certa vez, ao analisar o relatório do Banco Mundial solicitado por Paulo Francis, na redação da Folha de S.Paulo, reparei na nota de rodapé dizendo que havia um ajuste no índice de preços da Fundação Getúlio Vargas que era considerado o índice oficial, bem como o do IBGE. Diante da disparidade entre os dados do governo da época e o Índice de Custo de Vida, do Dieese, descobrimos que, de fato, o índice oficial havia sido ajustado para menos, levando os trabalhadores a terem um índice de reajuste menor do que mereciam. Isso desencadeou um grande movimento no meio sindical, inclusive entre os metalúrgicos do ABC. Resultou numa campanha e na greve dos trabalhadores, primeiro da Scania e depois em todas as indústrias automobilísticas e metalúrgicas, o que acabou tendo enorme influência na história brasileira.

O Dieese também é pioneiro na evolução das pesquisas de emprego e desemprego no Brasil. Já nos anos 80, antevendo a necessidade de melhor compreensão do mercado de trabalho, o Dieese, em conjunto com acadêmicos, iniciou um debate que resultou na estruturação de uma das mais importantes pesquisas sobre mercado de trabalho: a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada em parceria com a Fundação Seade, órgão da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. A PED, hoje, é referência em todo o país, muitas vezes contrapondo-se às estatísticas oficiais.

E faz mais ainda: também se dedica à formação de dirigentes sindicais. Como marca da criatividade e ousadia dos trabalhadores brasileiros, é uma entidade única em todo o mundo, por reunir, com um único objetivo, a maioria das correntes do movimento sindical e fornecer subsídios para suas lutas e conquistas. Ali estão a CUT, a Força Sindical, a CGT, todas as centrais de trabalhadores brasileiros, inclusive do meio rural.

Há cerca de quatro anos, estive presente num dos seminários promovidos pelo Dieese, junto com Guy Standing, diretor de relações de trabalho da Organização Internacional do Trabalho, que debateu o tema da garantia de uma renda para todas as pessoas, a renda básica de cidadania.

Na quinta-feira passada, da tribuna do Senado, coloquei-me à disposição do atual presidente do Dieese, Carlos Andreus Ortiz, para debater o tema da Renda Básica de Cidadania, seus efeitos sobre o mercado de trabalho, sobre a renda dos trabalhadores. Acredito profundamente nessa proposição que agora é lei e que será instituída gradualmente, como um desenvolvimento do programa Bolsa-Família, até que toda e qualquer pessoa, não importando a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, tenha a possibilidade de participar da riqueza da nação, como um direito à cidadania. Parabéns, Dieese! E obrigado por tudo. (*Jornal do Brasil*, 26.11.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>